

STJ00096991

Jayme Walmer de Freitas

Juiz criminal em Sorocaba/SP. Mestre e doutor em Processo Penal pela PUCSP. Professor da Escola Paulista da Magistratura e de Pós-Graduação no COGEAE da PUCSP. Foi coordenador pedagógico e professor de Processo Penal, Penal Geral e Especial, por 14 anos, no Curso Triumphus – Preparatório para Carreiras Jurídicas e Exame da OAB, em Sorocaba.

Prisão cautelar no Direito Brasileiro



3ª edição
revista, ampliada e atualizada
2013

 **Editora
Saraiva**



Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César — São Paulo — SP
CEP 05413-909

PABX: (11) 3613 3000

SACJUR: 0800 055 7688

De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30

saraivajur@editorasaraiva.com.br

Acesso: www.saraivajur.com.br

FILIAIS

AMAZONAS/RONDÔNIA/RORIAIMA/ACRE

Rua Costa Azevedo, 56 — Centro

Fone: (92) 3633-4227 — Fax: (92) 3633-4782 — Manaus

BAHIA/SERGIPE

Rua Agripino Dória, 23 — Brotas

Fone: (71) 3381-5854 / 3381-5895

Fax: (71) 3381-0959 — Salvador

BAURUR (SÃO PAULO)

Rua Monsenhor Claro, 255/2-57 — Centro

Fone: (14) 3234-5643 — Fax: (14) 3234-7401 — Baurur

CEARÁ/PIAUÍ/MARANHÃO

Av. Filomeno Gomes, 670 — Jacarecanga

Fone: (85) 3238-2323 / 3238-1384

Fax: (85) 3238-1331 — Fortaleza

DISTRITO FEDERAL

SIA/SUL Trecho 2 Lote 850 — Setor de Indústria e Abastecimento

Fone: (61) 3344-2920 / 3344-2951

Fax: (61) 3344-1709 — Brasília

GOIÁS/TOCANTINS

Av. Independência, 5330 — Setor Aeroporto

Fone: (62) 3225-2882 / 3212-2806

Fax: (62) 3224-3016 — Goiânia

MATO GROSSO DO SUL/MATO GROSSO

Rua 14 de Julho, 3148 — Centro

Fone: (67) 3382-3682 — Fax: (67) 3382-0112 — Campo Grande

MINAS GERAIS

Rua Além Paraíba, 449 — Lagoinha

Fone: (31) 3429-8300 — Fax: (31) 3429-8310 — Belo Horizonte

PARÁ/AMAPÁ

Travessa Apinagés, 186 — Batista Campos

Fone: (91) 3222-9034 / 3224-9038

Fax: (91) 3241-0499 — Belém

PARANÁ/SANTA CATARINA

Rua Conselheiro Laurindo, 2895 — Prado Velho

Fone/Fax: (41) 3332-4894 — Curitiba

PERNAMBUCO/PARAÍBA/R. G. DO NORTE/ALAGOAS

Rua Corredor do Bispo, 185 — Boa Vista

Fone: (81) 3421-4246 — Fax: (81) 3421-4510 — Recife

RIBEIRÃO PRETO (SÃO PAULO)

Av. Francisco Junqueira, 1255 — Centro

Fone: (16) 3610-5843 — Fax: (16) 3610-8284 — Ribeirão Preto

RIO DE JANEIRO/ESPÍRITO SANTO

Rua Visconde de Santa Isabel, 113 a 119 — Vila Isabel

Fone: (21) 2577-9494 — Fax: (21) 2577-8867 / 2577-9565

Rio de Janeiro

RIO GRANDE DO SUL

Av. A. J. Renner, 231 — Farrapos

Fone/Fax: (51) 3371-4001 / 3371-1467 / 3371-1567 — Porto Alegre

SÃO PAULO

Av. Antártica, 92 — Barra Funda

Fone: PABX (11) 3616-3666 — São Paulo

198.404.003.001

207529

ISBN 978-85-02-18753-5

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Freitas, Jayme Walmer de

Prisão cautelar no direito brasileiro / Jayme Walmer de Freitas. — 3. ed. rev., ampl. e atual. — São Paulo : Saraiva, 2013.

1. Medidas cautelares - Brasil 2. Prisão cautelar 3. Processo penal - Brasil I. Título.

13-06834

CDU-343:126(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Prisão cautelar : Direito processual penal
343:126(81)

Diretor editorial Luiz Roberto Cunha

Gerente de produção editorial Lígia Alves

Editora Thaís de Camargo Rodrigues

Assistente editorial Sarah Raquel Silva Santos

Produtora editorial Clarissa Boraschi Maria

Preparação de originais Ana Cristina Garcia

Maria Izabel Barreiros Bitencourt Bressan

Liana Goniko Brito

Arte e diagramação Cristine Aparecida Agudo de Freitas

Isabela Agreila Teles Veras

Revisão de provas Rita de Cássia Queiroz Gorgatti

Cecília Deus

Simone Silberschmidt

Serviços editoriais Camila Artoli Loureiro

Elaine Cristina da Silva

Capa Roney Camelo

Produção gráfica Marli Rampim

Impressão Prol Editora Gráfica

Acabamento Prol Editora Gráfica

Data de fechamento da edição: 5-7-2013

Dúvidas?

Acesse www.saraivajur.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

545: 982476

ÍNDICE

<i>Agradecimentos</i>	7
<i>Apresentação</i>	13
<i>Prefácio à 3ª edição</i>	15
<i>Prefácio à 2ª edição</i>	19
1. O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	21
1.1. Princípio da legalidade.....	25
1.2. Princípio da presunção da inocência.....	33
1.2.1. Aspectos históricos	36
1.2.2. Alcance do princípio	38
2. PRINCÍPIOS APLICÁVEIS ÀS MEDIDAS CAUTELARES. O PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE NO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	39
2.1. Princípios da proporcionalidade e a prisão preventiva ..	47
2.1.1. Necessidade.....	48
2.1.2. Adequação	49
2.2. Conclusão.....	49
3. A PRISÃO NO DIREITO BRASILEIRO.....	54
3.1. A Lei n. 12.403/2011	58
3.2. Prisão-pena.....	61
3.3. Direito processual unitário. Autonomia do processo penal cautelar. Prisão cautelar e a distinção com prisão processual.....	65
3.4. A Lei n. 12.403/2011 e as medidas cautelares	72
3.4.1. As cautelares nominadas	72
3.4.2. Generalidades.....	81
3.4.3. Procedimento das cautelares	83

3.4.4. Vedação absoluta de imposição de medida cautelar	87
3.5. Prisões cautelares em espécie	87
4. PRISÃO EM FLAGRANTE.....	89
4.1. Sujeito Passivo	90
4.2. Tipos de flagrante.....	91
4.3. Apresentação espontânea	94
4.4. O flagrante célere ou eficiente	96
4.5. Prazos	99
5. PRISÃO PREVENTIVA	103
5.1. Separação obrigatória	105
5.2. Descabimento da interpretação extensiva	105
5.3. Requisitos.....	106
5.4. Hipóteses de descabimento da prisão preventiva.....	130
5.5. Prisão domiciliar	132
5.6. Procedimento para decretação	136
6. DA LIBERDADE PROVISÓRIA.....	147
6.1. Hipóteses de cabimento da liberdade provisória	149
6.1.1. Quadro atual.....	151
6.2. Características.....	151
7. A FIANÇA	155
7.1. Finalidade.....	155
7.2. A concessão pela autoridade policial	157
7.3. Outras hipóteses de inafiançabilidade.....	158
7.4. O valor da fiança	159
7.5. Vissitudes da fiança: cassação, reforço, quebramento e perdimento.....	162
8. PRISÃO EM SEDE DE SENTENÇA. A PRONÚNCIA E A SENTENÇA CONDENATÓRIA RECORRÍVEL.....	167
8.1. A impossibilidade do recurso em liberdade em leis es- peciais.....	168
9. HISTÓRICO DA PRISÃO TEMPORÁRIA.....	179
9.1. Histórico legislativo	179

9.2. O diploma definitivo: a Lei n. 7.960/89.....	182
9.3. Aspectos constitucionais.....	185
9.3.1. Da constitucionalidade da Medida Provisória n. 111/89	186
9.3.2. Constitucionalidade da Lei n. 7.960/89. Cotejo com o princípio da inocência	192
10. A PRISÃO TEMPORÁRIA	198
10.1. Definição	198
10.2. Natureza jurídica.....	199
10.3. A cautelaridade da prisão temporária.....	199
10.4. Requisitos fundamentais. Perspectiva da presença de requisitos autorizadores da preventiva	201
11. DECRETO PRISIONAL	206
11.1. Hipóteses de cabimento e sua repercussão processual	206
11.2. Estudo dos permissivos legais.....	210
11.2.1. Investigação.....	210
11.2.2. Residência fixa	213
11.2.3. Fundadas razões	217
11.3. Autonomia dos incisos e os pressupostos cautelares ..	223
12. DO PROCEDIMENTO LEGAL.....	227
12.1. O requerimento e a representação	227
12.2. Sujeito passivo	228
12.3. Legitimidade	229
12.4. Fundamentação	230
12.5. Prazo máximo de clausura	232
12.6. Lei de Crimes Hediondos.....	232
12.7. Ofensa ao princípio da proporcionalidade	239
12.8. Controle jurisdicional da atividade policial	242
12.9. Cômputo do prazo	242
12.10. Detração penal	243
12.11. Diligências	243

13. EXECUÇÃO DA ORDEM DE PRISÃO.....	247
13.1. Nota de culpa	249
13.2. Dos direitos do preso.....	249
13.3. Incomunicabilidade do preso	250
13.4. Separação obrigatória.....	252
13.5. Relaxamento da prisão	252
13.6. Abuso de autoridade.....	253
14. A LEGISLAÇÃO ESTRANGEIRA	254
14.1. Itália	257
14.2. Portugal	258
14.3. Espanha	259
14.4. Alemanha	260
14.5. Estados Unidos.....	261
14.6. Outras legislações	261
15. CONCLUSÃO	262
<i>ANEXO 1</i> — Medida Provisória n. 111, de 24-11-1989.....	267
<i>ANEXO 2</i> — Lei n. 7.960, de 21-12-1989.....	271
<i>ANEXO 3</i> — Lei n. 8.072, de 25-7-1990.....	275
<i>ANEXO 4</i> — CNJ-Resolução n. 66, de 27-1-2009	281
<i>ANEXO 5</i> — Modelos de petição criminal — inquérito e ação penal.....	287
<i>Bibliografia</i>	329